

# JORNAL PETROLEIROS

## NOVA GESTÃO DA PETROBRÁS RETOMA DIÁLOGO E COMPROMISSO COM OS TRABALHADORES

EM PRIMEIRO ATO À FRENTE DA EMPRESA, JEAN PAUL PRATES SE REÚNE COM REPRESENTANTES DOS PETROLEIROS







## JÁ ESTAMOS VACINADOS

Há de se reconhecer o aceno do novo presidente da Petrobrás, que no seu primeiro dia de trabalho à frente da companhia fez questão de se reunir com os representantes dos trabalhadores. Além de ser um gesto simbólico e incomum, ele é uma conquista dos petroleiros.

Petroleiros que comeram o pão que o diabo amassou, e o comeram na beira da rodovia, sem acesso a banheiro, com assédio da polícia e conivência do corpo gerencial e da segurança patrimonial, levando multas absurdas, sendo esculachados em reuniões pró-forma com gerentes que poderiam ser trocados por cones.

O fato é que devemos, sim, comemorar essa vitória de hoje, mas já voltar às trincheiras amanhã - a nossa história nos ensinou esse aprendizado. A categoria petroleira não hesitou em fazer greve nos leilões do pré-sal durante o governo Dilma, por exemplo, pois a nossa pauta sempre foi e será o monopólio estatal - com controle popular - das nossas riquezas naturais.

Sabemos a importância daqueles que vão para a gestão da empresa. Esperamos que defendam nossos interesses, e assim como no exemplo acima, sabemos das contradições inerentes ao processo. Por isso, esse editorial deixa bem claro que ninguém deve confundir o seu papel: dirigente sindical não tem direito de vacilar em defesa da categoria, independentemente de quem estiver do outro lado da mesa.

Vamos à luta!



Economista aponta a necessidade de reconhecimento das novas categorias sociais de trabalhadores

## UM NOVO SINDICALISMO PARA NOVOS TEMPOS

*O pragmatismo do “possível” nunca foi aliado do movimento social; exigir o impossível ajuda um governo popular a dialogar com seus opositores com base em demandas latentes*

Por Juliane Furno\*

No fim da década de 70, o Brasil vivenciou o nascimento de uma efervescência social que foi tanto produto da abertura política quanto resultou na derrocada do regime autoritário civil-militar que havia assumido o poder em 1964. Dentre o que ficou conhecido como “novos movimentos sociais”, um deles despontou com mais primazia e foi cunhado como “novo sindicalismo”.

Tal movimento era a resultante de três fatores fundamentais: o surgimento de novas categorias profissionais; a ousadia e a radicalidade política, especialmente afirmando os princípios da liberdade e da autonomia sindical; a vinculação estreita do movimento sindical com os demais movimentos sociais.

Findada a ditadura militar e restabelecida a frágil democracia brasileira representativa, os movimentos sociais ingressaram em um período marcado por novas contradições, no melhor sentido no termo.

Durante o primeiro Governo Lula, o movimento sindical retomou um certo protagonismo com as marchas que conquistaram a Política de Valorização do Salário Mínimo. No final do Governo Dilma, mais uma vez o movimento sindical voltou à cena com o retorno expressivo do número de greves.

No entanto, as novas configurações do mundo do trabalho e a acelerada precarização dos vínculos laborais estão ameaçando o poder do movimento sindical ser aquele ator de influência decisiva na sociedade. O “tempo” acelerado do mundo do trabalho não está sendo acompanhado do “tempo” mais arrastado das transformações organizativas.

É preciso inaugurar um novo “novo sindicalismo”: em primeiro lugar, reconhecer a força das novas categorias sociais que deverão ser a força dinâmica da luta social, com o aprendizado e em comunhão com as categorias mais organizadas historicamente. Além disso, em um período de crise institucional, ameaça democrática e fortalecimento da direita liberal, o movimento sindical deverá redobrar sua aposta na mobilização política, em parte na defesa intransigente do governo e em parte na sua cobrança. Devemos saber o que é papel dos partidos, dos governos e dos movimentos sociais. O pragmatismo do “possível” nunca foi aliado do movimento social, e a política do “possível” ajuda a reajustar o centro político mais à direita. Exigir o impossível é, também, nossa tarefa política e ajuda um governo democrático e popular a dialogar com seus opositores com base na existência de demandas latentes na sociedade.

Por fim, as pautas do mercado de trabalho e as categorias isoladamente estão, cada vez mais, nubladas pela precarização da legislação trabalhista pós reforma. Dessa forma, o movimento sindical deveria apostar, tal como no passado, na afirmação dialética de pautas próprias de categorias com pautas próprias da classe, contribuindo - inclusive - para forçar que as estruturas organizativas, em especial das centrais sindicais, rompam com a separação muito estanque entre categorias e exerça mais um papel de entidades vocacionadas àquelas pautas que são de interesse do conjunto dos trabalhadores, engrossando nossa capacidade de atuar de forma conjunta.

\*Juliane Furno é economista-chefe no IREE - Instituto para Reforma das Relações entre Estado e Empresa.





Prates apontou a necessidade da retomada de investimentos no Norte e no Nordeste, além de intensificar a transição energética

# NA SUA PRIMEIRA AGENDA, NOVO PRESIDENTE DA PETROBRÁS RECEBE DIRETORES SINDICAIS

Presidente interino da companhia, Jean Paul Prates se reuniu com representantes da Federação Única dos Petroleiros (FUP)

Por Guilherme Weimann

No dia 26 de janeiro, poucas horas após assumir interinamente a presidência da Petrobrás, o advogado Jean Paul Prates gravou um vídeo que foi distribuído em todas as plataformas internas e externas da companhia.

Na mensagem, o novo comandante se dirigiu diretamente aos trabalhadores - uma escolha simbólica, principalmente se colocada em perspectiva. Nas últimas gestões, os principais interlocutores eram, via de regra, os acionistas privados da empresa.

“Quero antes de tudo cumprimentar e saudar

todos os trabalhadores e trabalhadoras que me assistem e, em especial, a cada um e a cada uma que está neste momento tocando o negócio da companhia [...]. Se esta empresa está aqui hoje, com tantos feitos e conquistas, esse mérito é de vocês”, afirmou Prates, em um dos trechos da gravação.

Esse foi o prenúncio do que seria a primeira agenda oficial de Prates à frente da maior empresa de economia mista do país. No dia seguinte à sua nomeação, o ex-senador se reuniu com dezenas de diretores sindicais da

Federação Única dos Petroleiros (FUP) na sede da Petrobrás, no Rio de Janeiro.

“Nós convivemos nos últimos anos com gestões que não apenas atacaram os direitos da categoria, como negavam a própria existência do movimento sindical. Nós convivemos com uma política de terror, que impactou inclusive a saúde mental de muitos de nós. Por isso, esse gesto do Jean Paul é muito simbólico”, aponta a diretora do Sindicato Unificado dos Petroleiros do Estado de São Paulo (Sindipetro-SP) e da FUP, Cibele Vieira, que esteve presente na reunião.

## SINALIZAÇÕES

No encontro, os representantes dos petroleiros apontaram tanto a visão estratégica da categoria em relação aos rumos da empresa, como também as pautas corporativas - que sofreram diversas perdas nos últimos anos.

“A FUP levou sua visão em relação à Petrobrás, que está relacionada principalmente ao retorno dos investimentos, a paralisação das vendas e a retomada dos ativos privatizados”, elenca Vieira.

No que diz respeito aos direitos dos trabalhadores, as principais reivindicações apresentadas foram a paralisação dos descontos

abusivos da AMS; a modificação da política de remuneração variável (PLR x PPP); a resolução dos problemas causados pela mudança no Plano de Cargos (PCAC x PCR); a discussão e implementação de uma política específica para o Teletrabalho; promoção da diversidade; melhoria nas questões que envolvem a segurança no trabalho; e a recomposição do efetivo por meio de concursos públicos.

Todos esses pontos são resultados de políticas das últimas gestões da Petrobrás. Entre o Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) de 2015 e o ACT de 2020, foram retiradas 80 cláusulas

que garantiam uma série de direitos aos trabalhadores.

Além disso, a categoria acumula desde então perdas salariais de 3,8%, além da redução de 20 mil petroleiros por meio de Planos de Demissão Voluntários.

Na reunião, Prates se comprometeu a analisar todas as pautas e manter um diálogo permanente com os sindicatos. Além disso, apontou alguns caminhos que pretende trilhar na sua gestão, incluindo a retomada de investimentos no Norte e no Nordeste e a intensificação da transição energética.





Trabalhador assaltado em horário de serviço precisou comprar novo celular do próprio bolso e teve os dias descontados no ticket alimentação

## MOTORISTAS CONVIVEM COM SITUAÇÕES DEGRADANTES NOS TERMINAIS DA TRANSPETRO EM SP

*Relatos apontam que empresa terceirizada não fornece água, escala trabalhadores em dias de folga sem aviso prévio e não paga horas extras mantido na mesma unidade de suas vítimas*

Por Guilherme Weimann

A reportagem do Sindicato Unificado dos Petroleiros do Estado de São Paulo (**Sindipetro-SP**) recebeu uma série de denúncias de motoristas que trabalham em regime de turno nos terminais da Transpetro - subsidiária integral da Petrobrás.

Os trabalhadores são contratados da Tecline, uma empresa terceirizada responsável pelo transporte nas unidades. Os relatos apontam uma série de irregularidades e situações degradantes pelas quais estão sendo submetidos nos últimos anos.

Apesar de serem contratados pela Tecline, os motoristas trabalham com veículos de outra empresa, a Vix. De acordo com os depoimentos, a

frota disponível está envelhecida e não possui laudo técnico ou seguro.

“Somos obrigados a fazer a manutenção dos veículos da Vix, sem nenhum ressarcimento. Perdemos várias horas na revisão e manutenção, mesmo não sendo funcionários desta empresa. Além disso, se a Vix achar uma possível quebra no veículo isso é descontado dos nossos proventos”, relata um trabalhador que preferiu não ser identificado.

Os motoristas ainda são responsáveis por guardar os carros em garagens particulares, sem nenhum tipo de ressarcimento. E, quando não estão dirigindo, aguardam os chamados em contêineres sem água ou ar condicionado.

## ABUSOS

Recentemente, um trabalhador foi assaltado durante o horário de trabalho. Levou duas coronhadas no rosto e, por sorte, não sofreu danos mais sérios porque a arma do assaltante falhou em duas tentativas.

“Fiquei alguns dias afastado e nem sequer foi aberto um CAT [Comunicado de Acidente de Trabalho] pela empresa. Nem um remédio me deram. Ainda por cima descontaram meu ticket alimentação pelos dias que fiquei parado. Fui obrigado a comprar um novo celular sem ter condições”, aponta o motorista que preferiu não ser identificado.

Os trabalhadores ainda relatam que a

empresa os convoca em dias de folga, sem nenhum tipo de consulta ou aviso prévio. E, caso eles demonstrem algum tipo de negativa, são ameaçados de represálias - convivendo com o risco de demissão. Um dos condutores foi obrigado, inclusive, a trabalhar durante a licença médica, devido a uma cirurgia.

Apesar de todas essas irregularidades, os trabalhadores não recebem remuneração pelas suas horas extras há anos, de acordo com os depoimentos. Além disso, alguns deles não tiram férias desde 2017, já que são demitidos e recontratados pelas empresas que assumem novos contratos com a Transpetro.

“A prática na Transpetro desde o golpe, em 2016, e principalmente após a eleição do Bolsonaro, foi de sucateamento completo. Áreas como a operação e a manutenção tiveram redução drástica no número de trabalhadores. E os contratos com as empresas terceirizadas também tiveram cortes, o que acabou colocando em risco não apenas os motoristas como todos os trabalhadores próprios que utilizam desse serviço”, afirma o diretor do Sindipetro-SP, Felipe Grubba.

O sindicato tem cobrado medidas da Transpetro para assegurar os direitos dos trabalhadores.